

“DIGITAL DIVIDE”: REFLEXÕES SOBRE NOVAS FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Rainer Randolph

Prof. Dr. no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mário Hélio Trindade de Lima

Doutorando em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro e
professor no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo.

*Once it was the Jet Set that mere mortals admired –
in the new millennium it will be the NET Set.**

Evening Standard, London, 29/7/1999

1. APRESENTAÇÃO

Em investigações recentes, a temática do acesso às (não apenas novas) tecnologias de informação e comunicação (TIC) por parte de diversos segmentos e/ou classes sociais vem sendo estudada, com referência a diferentes escalas desde a internacional (entre diferentes países) como também a nacional, a regional, a municipal até a local, em relação a três elementos principais: levanta-se e compara-se o acesso à telefonia, ao uso do computador e à Internet por parte de determinados grupos da população, diferenciados por renda, educação, etnia, sexo e outros critérios¹. Partindo-se da constatação de uma distribuição desigual desse acesso tanto entre diferentes sociedades como no interior de cada uma, passou-se a designar essa

expressão particular da desigualdade (intra- e inter)social de “cisão digital” ou “digital divide”.

Nosso ensaio tem como objetivo central propor uma discussão a respeito desses fenômenos, procurando, em particular, fornecer os primeiros elementos para um aprofundamento da reflexão sobre o tema, através da busca de um referencial teórico-conceitual até agora, em larga medida, ausente no debate, permanentemente preso ou a meras constatações empíricas, ou a abordagens classificatórias, pouco sofisticadas, que se caracterizam pela elaboração de tipologias a partir de levantamentos estatísticos. Nosso caminho será “radicalizar” a própria problematização. Quer dizer, não tratar os fenômenos acima referidos como expressões

(*) “Um dia foi o avião a jato que os simples mortais admiraram - no novo milênio será a rede Net” [Tradução dos autores].

1. Em particular, e nós voltaremos a isto mais tarde, há um esforço acentuado por parte do Ministério de Comércio dos Estados Unidos de acompanhar, medir e compreender estes processos; em relação às próprias tecnologias de informação e comunicação está encarregado um órgão desse ministério, a National Telecommunication and Information Administration (NTIA), a elaborar relatórios desde 1996. Em outros países e regiões do mundo industrializado encontramos iniciativas semelhantes (vide nossa análise de programas na União Européia em Randolph, 1998).

(ou características) de “desigualdades” facilmente quantificáveis, mas como complexas formas de “exclusões” (e “inclusões”) que perpassam um largo espectro da vida social, no sentido lato, na formação econômica social capitalista.

Com essa perspectiva aproximamos nosso estudo a um rico campo de análise que ultimamente está merecendo atenção por uma série de autores renomados. As reflexões acerca da exclusão social serão, portanto, por nós apropriadas para compreendermos melhor (em termos extensivos e intensivos) o significado daquilo que começou a ser chamado de “digital divide”. E, finalmente, essa compreensão pode capacitar-nos para retribuir à discussão sobre a exclusão, a identificação de formas e dinâmicas novas que desafiam a “validade” e a “verdade” daquelas perspectivas mais difundidas, cujo principal referencial continua sendo a “sociedade de trabalho”.

Toda essa investigação inscreve-se no mesmo contexto da maioria dos trabalhos atualmente publicados; procura-se analisar, compreender ou até explicar as transformações ou a transição pelas quais passa o mundo de hoje na virada para um novo milênio². Na medida em que – apesar de continuar inconclusivo – esse debate está tornando-se cada vez mais lugar comum não apenas no meio acadêmico, dispensa-se aqui a necessidade de retomar posicionamentos e argumentações. Quando nos debruçarmos, posteriormente, sobre diferentes perspectivas, estaremos mais voltados à problemática específica do nosso trabalho: a “cisão” (“divide”) ou “exclusão digital”. A princípio seria necessário, para dar conta da importância e abrangência do tema, debater toda a complexidade de um encadeamento de distintas formas interdependentes de exclusão que perpassam os níveis macro (internacionais), regionais, nacionais, subnacionais até se manifestarem concretamente na escala da cidade. Nosso trabalho não vai poder, por razões óbvias, abarcar todo esse universo de questões.

Dedicar-nos-emos, inicialmente, a uma reflexão sobre a “exclusão”, que possa informar

melhor os levantamentos e análises de pouca profundidade teórico-conceitual, levando em conta o já assinalado caráter e a pouca profundidade da discussão sobre o “digital divide”. À luz dos elementos (critérios) destacados pela reflexão teórica, realizaremos depois uma apropriação conceitualmente norteada dos principais fenômenos atribuídos à “cisão digital” para, finalmente, identificarmos provisoriamente algumas limitações – dada a “qualidade estratégica” das mudanças que se imaginam sob o título do “digital divide” – das abordagens da “teoria da exclusão”.

2. EXCLUSÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

a) *As transformações da sociedade do trabalho*

A exclusão social vem sendo definida como um conjunto de processos que afetam aqueles segmentos sociais impossibilitados de conseguir um lugar estável nas formas dominantes de organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário, e se constitui pela presença de “supranumerários”, indivíduos que se encontram às margens do mercado de trabalho e nas franjas da estrutura social – “desempregados de longa duração”, “trabalhadores vítimas de readaptações industriais”, “inempregáveis”, “inúteis para o mundo”, “jovens lançados em ocupações provisórias”, excluídos de todo tipo (Castel, 1995). Como pano de fundo do debate encontra-se o pressuposto da existência de uma “crise na sociedade do trabalho”, traduzida na perda da centralidade do trabalho como princípio de integração social (Offe, 1989; Dahrendorf, 1992; Habermas, 1987).

O argumento estabelece uma relação de causalidade entre as transformações no mundo do trabalho, através do crescimento do desemprego e da precarização do trabalho, que põem em questão a crise da condição do estatuto salarial e do trabalho assalariado como suporte da identidade social. Esse processo tem como origem, por um lado, uma crise do mercado de traba-

2. Os autores, isolada e conjuntamente, desenvolvem linhas e projetos de pesquisa voltados para a problemática, tanto do avanço das TICs – adotando uma visão crítica em relação às conseqüências das transformações sociais e espaciais, especialmente num país como nosso – quanto da questão das desigualdades sociais e da pobreza nas suas diferentes modalidades de expressão.

lho, que perde a capacidade de absorção mesmo dentro de circunstâncias de crescimento da produção de bens e serviços, e, por outro lado, uma perda de capacidade subjetiva do trabalho remunerado em servir como núcleo estruturador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, bem como das orientações morais (Offe, 1989). Tanto a crise do mercado de trabalho quanto a crise na identidade social do trabalhador têm como resultado a exclusão social.

A “crise na sociedade do trabalho” e, como efeito mais imediato, a exclusão social, segundo Claus Offe, caracterizam-se por um conjunto de problemas relacionados, em primeiro lugar, ao fato de que, considerando-se

uma sociedade, onde as possibilidades de renda, de participação e de vida estão vinculados ao trabalho remunerado, aqueles que não conseguem inserir-se de forma estável no sistema ocupacional, [...] estão ameaçados com o estigma do fracassado, do descartável, e por isso prejudicados em suas condições de vida (Offe, 1989, p.8);

em segundo lugar, à crise do Estado de Bem-Estar, que não pode mais honrar os direitos garantidos; e finalmente, à tendência à diferenciação interna do trabalho remunerado diante do crescente volume da força de trabalho ou do tempo de trabalho excluído do mercado; “a qualidade de trabalhador torna-se imprópria para a fundamentação da identidade – e assim também para o enquadramento sociológico uniforme dos interesses e da consciência – daqueles que são trabalhadores” (Offe, 1989, p.8).

As mudanças nas condições técnicas de produção e nas relações sociais de trabalho ditas pela flexibilidade e o aparecimento de contratos de trabalho por tempo determinado produzem efeitos de proporção considerável sobre os riscos de existência social para os diretamente atingidos por esses processos. Observa-se, principalmente, que a diferenciação no seio da força de trabalho e a heterogeneidade na composição interna da força de trabalho conduzem

a uma estratificação, no conjunto dos assalariados, em grupos relativamente bem delimitados, com recursos, opções e estratégias específicas.

A segmentação do mercado de trabalho, isto é, a distinção entre núcleos protegidos e trabalhadores instáveis e a formação de dois segmentos de emprego, de um lado, um mercado primário, formado por trabalhadores qualificados, mais bem pagos e mais protegidos, e, de outro lado, um mercado secundário, constituído por trabalhadores menos qualificados e mal pagos, acentuam ainda mais as disparidades entre diferentes categorias de trabalhadores, disparidades que ameaçam romper a unidade da classe operária.

Esse conjunto de problemas acerca das transformações do mundo social revela as teses fundamentais sobre as tendências atuais do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, constata-se um processo de diferenciação interna do trabalho remunerado, através de crescente variação entre diversas situações de trabalho, com respeito a renda, qualificação, estabilidade no emprego, que rompem com o poder de determinação do trabalho remunerado sobre a consciência social, a percepção de interesses e o comportamento político dos trabalhadores. Assim, os processos de diferenciação (segmentação do mercado de trabalho e polarização das qualificações) e as mudanças econômicas, organizacionais e técnicas das condições de trabalho promovem uma erosão das sustentações culturais e políticas de uma identidade coletiva centrada no trabalho (Offe, 1989, p. 20-21).

Na sociedade industrial, para a maioria dos indivíduos, o trabalho funciona como o elemento de integração social, pois, se a maioria da população trabalhadora é assalariada, o trabalho constitui um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social e é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social (Castel, 1995, p.417). Mas, se as mudanças no mercado de trabalho indicam tendências em curso que acentuam clivagens e fragmentam os trabalhadores ao mesmo tempo que aumentam os riscos de ins-

tabilidade e vulnerabilidade de massa, estamos diante de uma situação de crise no princípio do trabalho como suporte de integração e de reconhecimento social: “para categorias cada vez mais numerosas da população ativa, a identidade do trabalho está perdida” (Castel, 1995, p. 531).

Por outro lado, Offe aponta uma descentralização da esfera do trabalho diante de outros âmbitos vitais e uma perda da validade e da centralidade subjetiva do trabalho, reduzindo a participação dessa atividade no indivíduo, processo que se acentua ainda mais com a “desprofissionalização” do trabalho, desaparecendo o lado subjetivo da profissão, no sentido de um código ético, do orgulho profissional e do reconhecimento social

Em suma, sob essa perspectiva, a capacidade de absorção no mercado de trabalho diminui drasticamente, reduzindo a parcela de tempo de trabalho no tempo de vida, ou ainda fazendo surgir uma parcela da população marginalizada da esfera remunerada (Offe, 1989, p.28).

Uma das consequências dessas tendências apontadas é o crescimento ou a formação

no foco do desemprego estrutural, de subculturas de uma economia “informal” próxima à pauperização, ou de uma economia clandestina, cujos participantes adquirem uma aversão no mínimo passiva com respeito aos valores e às regras legais da “sociedade do trabalho”, podendo facilmente enrijecer-se em uma cultura do desemprego subproletária, em uma “não-classe” de não trabalhadores (Offe, 1989, p.33)³.

A presença de um segmento periférico e residual, constituído por trabalhadores inempregáveis localizados em uma zona de exclusão do trabalho regular e estável e dos vínculos sociais, é associada à formação de um “individualismo negativo”, definido por “uma ausência de lugar” de segmentos sociais “não-empregados”, que exprime um conjunto de “não-atores sociais”, “não-forças sociais”, “normais inúteis” (Castel, 1995, p.530). Individualismo ne-

gativo, segundo o autor, porque se caracteriza em termos de falta de vínculos e ausência de suportes.

O fenômeno da exclusão social tem sido compreendido, assim, como um processo simultaneamente econômico, cultural e social que afeta grupos sociais que não possuem os requisitos mínimos para ingressar no mundo do trabalho, portanto, desnecessários economicamente, e não possuem os direitos reconhecidos, estando sujeitos à ruptura dos vínculos societários e comunitários. Para alguns autores, esses processos conduzem ao surgimento de uma “subclasse”, quando as patologias sociais se acumulam para criar uma condição a longo prazo em grupos sociais com as seguintes características: ausência de qualificações e desemprego, residência em áreas específicas e dependência e apoio da seguridade social (Dahrendorf, 1992, p. 159).

b) *Segregação e isolamento social*

Na medida em que a questão da exclusão continua basicamente vinculada à inserção no mercado de trabalho (e no exercício do trabalho assalariado), a compreensão das formas materializadas espacialmente da segregação de determinados contingentes entre distintos segmentos sociais reporta-se aos mesmos referenciais.

Assim, por exemplo, Wilson (1997) chama atenção para o crescimento de níveis de desemprego e suas consequências para a vida social nos guetos norte-americanos. A origem dos principais problemas do gueto, tais como crime, dissolução familiar, baixos níveis de organização social, entre outros, estaria relacionada diretamente com o desaparecimento do trabalho. Defende uma ampla abordagem capaz de incluir todas as principais variáveis – culturais, sociopsicológicas, da estrutura social – e revelar o significado de suas interações na determinação de experiências e chances de vida para o segmento de habitantes dos guetos.

O declínio de oportunidades de emprego associado à reestruturação atinge um amplo seg-

3. Offe tem como parâmetro um modelo de sociedade no qual o trabalho se torna tendencialmente cada vez mais escasso, onde todos devem dedicar apenas uma pequena parcela de tempo ao trabalho remunerado formal e, portanto, “o acesso de todos ao trabalho depende da renúncia parcial ao trabalho por parte de cada indivíduo”. Por outro lado, Offe avalia que o número crescente de excluídos seria suficiente para “implodir a malha de segurança social”. Como desdobramento desse quadro, uma das consequências mais importantes, segundo o autor, é um deslocamento no eixo dos conflitos sociais, isto é, “tratar-se-ia não mais do trabalho contra o capital, mas do trabalho aliado ao capital contra o resto dos ‘descartáveis’ ao trabalho remunerado”, talvez como uma das expressões de tendências a um “comportamento não-solidário” (Offe, 1989, p.9).

mento de baixas rendas, aprofundando os contrastes e desvantagens dos moradores de gueto. Ao mesmo tempo, o êxodo de setores da classe média negra e da classe trabalhadora para outras áreas da cidade acaba por reforçar o isolamento social dos residentes em áreas deprimidas econômica e culturalmente. Segundo Wilson, até recentemente a convivência da classe trabalhadora com a classe média negra nas mesmas comunidades contribuíam para reforçar e perpetuar os modelos dominantes de normas e comportamentos. Uma das principais características de mudanças nos anos 80 é, portanto, o abandono dessas áreas por famílias empregadas e estabilizadas e o confinamento de grupos de famílias e indivíduos que, embora heterogêneos, dividem em comum a mesma posição de desvantagem e de exclusão do *mainstream system ocupational* – definidos como uma *underclass*. Segundo esse autor:

Included in this group are individuals who lack training and skills and either experience long-term unemployment or are not members of the labor force, individuals who are engaged in street crime and other forms of aberrant behavior, and families that experience long-term spells of poverty and/or welfare dependency⁴ (Wilson, 1987, p.8).

Segundo o autor, o debate sobre o tema da *underclass* deve enfatizar as relações entre as características culturais específicas do gueto e as oportunidades sociais e econômicas. Deveriam ser considerados não somente as mudanças na organização da economia, mas também as mudanças demográficas e as mudanças no papel do Estado. Nesse sentido, a conexão das relações entre desemprego e estrutura familiar, desemprego e desordem social e desemprego e orientação social de diversos grupos etários deveria ser considerada no programa de pesquisas sobre os guetos.

O surgimento de uma subclasse negra confinada nas áreas decadentes e cada vez mais isolada bem como o aparecimento de uma nova pobreza com a formação de guetos para imi-

grantes nas grandes metrópoles do “Primeiro Mundo” são assim considerados como fenômenos que expressam novas formas de exclusão social. Nessa perspectiva, Wacquant chama atenção para distinções socioespaciais entre o gueto americano e a periferia metropolitana francesa, submetidas a lógicas diferentes de segregação e a níveis distintos de influência de raça, classe e localização, embora esses fenômenos, que estão se processando nas grandes metrópoles, possam representar os indícios de “cristalização de uma nova e ainda incipiente porém distinta forma de marginalidade avançada”. A noção de marginalidade avançada concebida por Wacquant como um tipo ideal visa permitir contrastar certos traços e variações significativas da pobreza urbana no período fordista do pós-guerra. A definição do processo de marginalidade avançada apresentada pelo autor é a seguinte:

Visto deste ângulo um tanto prospectivo, o “retorno das realidades recalçadas” de extrema pobreza e destituição social, as divisões étnoraciais (ligadas ao passado colonial) e a violência pública, e a sua acumulação nas mesmas áreas urbanas agonizantes, sugere que as cidades de Primeiro Mundo estão agora enfrentando o que podemos chamar de marginalidade avançada, isto é, novas formas de encerramento social excludente e de marginalização que surgiram – ou intensificaram-se – na cidade pós-fordista como resultado não do atraso, mas das transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais, à medida em que estas repercutem nos extratos mais baixos da classe trabalhadora e nas categorias étnoraciais dominadas, bem como nos territórios que estas ocupam na metrópole dividida (Wacquant, [199-], p. 133).

Para delimitar as propriedades distintas que caracterizam o fenômeno da marginalidade avançada, Wacquant (1995) aponta os seguintes elementos:

4. “Incluídos neste grupo estão indivíduos que necessitam de treinamento e habilidades e que ou vivenciam um período longo de desemprego, ou não são membros da força de trabalho, indivíduos que estão engajados no mundo do crime e em outras formas anormais de comportamento, e famílias que experimentam longos períodos de pobreza e/ou dependência do Estado de Bem-Estar” [Tradução dos autores].

- a erosão da capacidade integradora da relação trabalho-salário, considerando-se as mudanças relacionadas à flexibilidade das relações de trabalho e as mudanças no padrão de regulamentação estatal do trabalho assalariado, que conduz a fragmentação e precariedade do mercado de trabalho;
- a deterioração das condições de vida e o desemprego estrutural que, simultaneamente ao crescimento econômico, atingem amplos segmentos da população;
- a concentração da marginalidade em territórios estigmatizados;
- a alienação territorial ou a dissolução do lugar traduzida pelo enfraquecimento das ligações comunitárias e das instituições de reciprocidade;
- a perda dos vínculos com o trabalho assalariado e a desproletarização total de grandes segmentos da população local acometidos pelo desemprego permanente, e a recorrência de estratégias de sobrevivência, como o *Hustling*⁵, o comércio informal, o trabalho clandestino, entre outros procedimentos;
- a fragmentação simbólica e social dentro de um contexto de decomposição de classe, desproletarização, dispersão e fragmentação dos novos pobres urbanos.

Finalmente, vale lembrar, uma das contribuições mais interessantes sobre as áreas do espaço urbano que concentram propriedades negativas de estigmatização social e simbólica pode ser extraída de análises das relações entre espaço social e espaço físico, como propõe o modelo de Bourdieu. Em seu modelo de espaço social, os agentes e grupos ocupam um campo de posições sociais relacionadas umas às outras, assim como se encontram distribuídos e localizados em regiões do espaço físico. O espaço social é constituído de modo que os agentes e grupos são distribuídos em função de sua posição social, estabelecida de acordo com dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural. As diferenças associadas a posições sociais diferentes funcionam como diferenças simbólicas que implicam distintas categorias sociais de percepção. Os há-

bitos são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas são também esquemas classificatórios.

No modelo proposto por Bourdieu, os agentes sociais e as coisas apropriadas pelos agentes encontram-se situados num lugar do espaço social que se caracteriza por sua posição em relação a outros lugares e pela distância física que o separa deles. Segundo Bourdieu, “como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições” (Bourdieu, 1997, p. 160). A estrutura do espaço social apresenta-se, assim, sob a forma de oposições espaciais. O espaço físico exprime as hierarquias e as distâncias sociais. O espaço social expressa-se através da distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens e serviços e também de grupos localizados e dotados de oportunidade de apropriação desses bens e serviços; “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (Bourdieu, 1997, p. 161).

Na topologia social de Bourdieu, as zonas do espaço social, consideradas como um conjunto de posições em relação de homologia, oposição, distância, são retraduzidas no espaço físico através da relação entre zonas, segundo a distribuição de agentes dotados de capital e propriedades em bens e serviços.

3. EXPRESSÕES DO “DIGITAL DIVIDE” E SISTEMATIZAÇÃO DE SUAS CARACTERÍSTICAS

Como vimos, as reflexões acerca da exclusão econômica e social (que não se restringe apenas a essas “dimensões”, mas é também política e cultural) giram em boa parte em torno da inserção individual no mercado de trabalho. O indivíduo está, objetivamente, e se sente, subjetivamente, “integrado” à “sociedade” (isto é, não-excluído), quando se integra à economia capitalista, assumindo as funções por ela oferecidas (basicamente as de trabalhador e con-

5. O próprio Wacquant explica-nos, em *A Zona* (Bourdieu, 1997, p. 177), que “O mundo do hustling se opõe àquele do trabalho assalariado onde tudo é, ao menos em teoria legal e reconhecido (Legit), regular e regulado ...”. Em suma, o verbo *to hustle* designa um conjunto de atividades ilícitas e ilegais.

sumidor), e se relaciona com o Estado e a Administração Pública como contribuinte e cliente⁶. Naturalmente, não encontraremos nas abordagens sobre a “cisão digital” exatamente essas categorias, mas elas nos servirão para estruturarmos o andamento da nossa investigação.

A discussão sobre a “cisão digital” vem surgindo no contexto da difusão e do uso de tecnologias de manejo e transmissão de informação, que permitem uma comunicação mútua (interativa) entre seus diferentes usuários. A convergência entre computação e informática, com a transmissão a distância de dados a baixo custo (através de uma rede especificamente criada para tais objetivos, inicialmente a ARPANET nos Estados Unidos), cria as condições para uma “comunicação” que não se manifesta apenas tecnicamente no fluxo (e refluxo) de dados e informações, mas que possibilita, tendencialmente, a realização – por intermédio do novo meio técnico-informacional⁷ – de discursos e entendimentos no sentido habermasiano. Por isso acreditamos que seja mais apropriado falar de comunicação mediada por redes de computadores⁸ (CMRC) do que simplesmente de TICs. Como em qualquer troca de informações entre diferentes atores sociais, realizar uma “comunicação” nesse novo meio não é nenhuma tarefa trivial; muito pelo contrário, sujeito a uma série de condicionamentos, condições e restrições sobre os quais Habermas vem se debruçando há mais de 30 anos.

a) *Problematização: importância e reconhecimento dos desafios*

O que dizíamos inicialmente a respeito da discussão sobre as recentes transformações das sociedades contemporâneas (reestruturação econômica, modo de desenvolvimento informacional, pós-fordismo, etc.) pode ser facilmente confirmado para o debate mais específico referente à difusão e ao uso das (novas) tecnologias de informação e comunicação. As experiências a respeito são tão heterogêneas e controversas que nos contentamos aqui com uma de-

monstração mais qualitativa de duas experiências: por um lado, uma demonstração de suas potencialidades “subversivas” no campo comunicativo-político (um caso que se tornou paradigma do potencial emancipador das TICs); por outro lado, uma preocupação política com a possibilidade de universalização do acesso às TICs, enfatizando-se o seu potencial “integrador”.

(i) O POTENCIAL LIBERTADOR DA COMUNICAÇÃO MEDIADA POR REDES DE COMPUTADORES

Uma experiência já realizada, a da luta zapatista que conquistou “audiência” mundial via Internet em 1995, demonstra como esse novo meio não necessariamente precisa reproduzir os padrões dominantes de poder e opressão (indica também como a mídia tradicional se negava a difundir – tornar públicos – os comunicados dos zapatistas).

São os “projetos” que ultrapassam aqui as fronteiras, e não o dinheiro. Como bem explicou o subcomandante Marcos (no comunicado dos zapatistas de 17/3/1995):

E nós queremos agradecer a todos vocês. Muito obrigado ... e quando estiverem velhos podem contar aos seus netos em casa: “Eu também lutei naquele momento, no fim do século vinte, para o México, aqui de casa mesmo; mas estive não obstante com eles ... e eu nunca vi seus rostos, mas conheci seus *corações* [gri-fos nossos] porque eram iguais aos nossos”⁹ (Wehling, 1997, p. 166).

Atribui-se essa “qualidade” da Internet ao seu caráter caótico, que torna impossível qualquer tentativa de censura; a sua estrutura não hierárquica, que permite comunicações “horizontais” (ao contrário dos outros meios, como jornais, rádios, televisão e sua estrutura vertical); à superação rápida e efetiva, a baixo custo, de grandes distâncias; e a sua estrutura democrática na medida em que permite a liberdade de manifestação.

6. Segundo Habermas, Teoria do Agir Comunicativo é a visão sistêmica das esferas econômicas e administrativas.

7. vide Milton Santos

8. Em inglês costuma se falar de CMC (computer mediated communication); acrescentamos o “R” por causa da importância fundamental que tem a conexão EM REDE desses computadores.

9. Original em alemão, traduzido pelos autores.

Os críticos chamam, porém, a atenção para os altos custos dos equipamentos (hardware), para a infra-estrutura necessária de acesso (linha de telefone, servidor), para o conhecimento em computação e línguas, que cria barreiras que tornam esse *medium*, de uma forma geral, não democrático. Assim tornou-se acessível e útil apenas para as classes média e alta nos países industrializados. E, como diz Kramer (1998), os excluídos constituem-se, então, exatamente como os que são marginalizados de outras maneiras: são os pobres que não têm acesso a educação, que vivem nas periferias e em países chamados em desenvolvimento.

(II) A LUTA CONTRA A POBREZA E A INTEGRAÇÃO VIA INTERNET

Esperança Internet? A articulação entre as diversas escalas espaciais e grupos heterogêneos, que relatamos há pouco, apresenta alguns ingredientes interessantes que deixam imaginar um poder libertador e integrador da Internet. Já a experiência (por ora preparada num programa da ONU), caracterizada brevemente adiante, demonstra uma apropriação problemática que vai na direção de uma maior integração e do combate a incrustadas desigualdades econômicas e sociais nas (e entre as) sociedades contemporâneas, mas onde encontramos uma forte ambigüidade entre consciência social e interesse comercial; poder econômico e poder político.

Numa matéria recente no Washington Post (de 12 de agosto de 1999), o jornalista Thomas W. Lippman relata a formação de uma aliança – que chama de “improvável” – entre o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), a empresa Cisco Systems Inc., principal produtora de hardware de networking de computadores, a KPMG e a Akamai Technologies, de Cambridge, Mass., que possui 90 centros de dados de disseminação de conteúdos via Internet ao redor do mundo. Estão juntando-se com a finalidade de usar o poder da Internet para atacar a pobreza de massa em países em desenvolvimento.

Seu objetivo é casar a tecnologia da Cisco com a presença global do UNDP para superar a imensa defasagem (*gap*) entre aqueles que “sabem e os que não sabem” (“*the knows and the know-nots*”) como dizem as Nações Unidas. Anunciaram, para este fim de século, a criação do maior sítio (*site*) da Internet do mundo – o *NetAid.org* – cuja existência foi divulgada, em outubro de 1999, por uma série de eventos de publicidade mundial.

Sua meta é conectar até mesmo as aldeias minúsculas do Terceiro Mundo à Internet através de computadores públicos. Artesãos locais poderiam usá-los para achar mercados no estrangeiro e cooperativas agrícolas para conhecer novas técnicas. Apostam na possibilidade de o UNDP providenciar este acesso nos 174 países de sua atuação, inclusive em muitos onde os governos implementaram restritos controles sobre o fluxo de informação. O novo diretor do UNDP, Mark Malloch Brown, descreveu o esforço de NetAid como “completamente subversivo, de modo que os ditadores da velha-linha terão dificuldade em manobrar isto”. Seu ponto de vista é o de que mesmo aquelas instâncias que não querem que camponeses ou trabalhadores de fábrica tenham acesso a informação global relutarão para fechar ou expelir o UNDP.

Acreditam os responsáveis que “informação é poder para os pobres do mundo” e o UNDP planeja distribuí-la. Nesse sentido, extrema pobreza é um enorme problema, mas está começando a ser um problema que pode ser atacado. Ou, conforme Brown:

Unfortunately, extreme poverty is on the rise. The existing tools and resources to combat the world's worst poverty are clearly insufficient. NetAid will be a lasting weapon that will help mobilize people that were not involved previously, and create new virtual communities that will work together to eradicate extreme poverty¹⁰.

Entretanto bilhões de pessoas no Terceiro Mundo não têm nem mesmo eletricidade, sem

10. “Infelizmente, a extrema pobreza está aumentando. As ferramentas existentes e recursos ao combate da pior pobreza do mundo são claramente insuficientes. Os recursos da Net serão a última arma que ajudará a mobilizar as pessoas que não estavam envolvidas anteriormente e criará novas comunidades virtuais que trabalharão juntas com o propósito de erradicar a extrema pobreza” [Tradução dos autores].

pensar em computadores e acesso a provedores de Internet. De acordo com as Nações Unidas, “os literalmente bem conectados têm uma vantagem esmagadora sobre os pobres não-conectados, cujas vozes e preocupações estão sendo deixadas de lado na conversação global. Forças de mercado, exclusivas, não poderão retificar o desequilíbrio”.

De acordo com os sócios da NetAid, quando o sítio estiver online, no dia 8 de setembro, vai criar “oportunidades para pessoas aprenderem, contribuir com tempo e dinheiro, trocarem idéias e experiências e unirem-se com aqueles que conduzem a luta contra a pobreza extrema”. O sítio (site) terá capacidade para manobrar 125.000 acessos (*live streams*) simultâneos, aproximadamente 10 vezes o tamanho de qualquer atual sítio (provedor) e 60 milhões de golpes (acessos) por hora, 10 vezes o cume das últimas Olimpíadas e do Campeonato Mundial de Futebol Masculino em 1998. A meta, disse o vice-presidente executivo da Cisco, Don Listwin, é providenciar um canal que permita a conexão entre fundações, grupos de voluntários, corporações e indivíduos, que têm soluções prospectivas para a pobreza do Terceiro Mundo, e pessoas em países pobres que precisam de ajuda para obter educação, achar mercados para produtos, contatar os serviços de saúde ou organizar trabalhadores.

“Nós sabemos que os camponeses em Uganda não têm um PC; mas o UNDP pode providenciar um centro comunitário onde eles podem conseguir acesso”, segundo Listwin. Conforme Listwin e Brown, determinadas seções do UNDP, outros escritórios das Nações Unidas, igrejas e escolas que dispõem de eletricidade e computadores podem tornar-se centros de informação onde a população local poderá obter acesso a NetAid – para encontrar, mundialmente, compradores para produtos indígenas, ou, talvez, buscar informações a respeito da erupção de uma doença. O conceito de centros locais de acesso a Internet já se está espalhando em países tão diversos quanto a Mongólia, onde o primeiro servidor da Internet foi ativado em 1996, e a Estônia, onde indica-

ções nas ruas mostram a distância até o próximo acesso público para entrar na rede.

As atividades de construção do sítio (site) estão sendo custeadas pelas empresas participantes; cada uma está disponibilizando de 5 milhões a 10 milhões de dólares até o seu lançamento. “Nós temos uma consciência social”, mas a motivação da Cisco não é completamente altruística. Como o uso de Internet cresce mundialmente, ela sabe que estará levando para mais pessoas o ecossistema de seu negócio.

b) *Os prós e contras da difusão e uso das TICs*

Os dois exemplos brevemente apresentados no item anterior incitam-nos a questionar as condições de apropriação (verdadeira) desse novo meio de comunicação tanto para a redução da exclusão econômica e social, quanto para o fortalecimento da democracia, ou seja, o “empowerment” político e cultural de classes sociais que não vêm obtendo acesso ao “núcleo” político (vide Habermas e Peters) e à formulação de sua agenda política.

Obviamente a pergunta sobre “benéficos” ou “malefícios” das TICs é tão complexa que gera uma grande controvérsia entre diferentes abordagens e perspectivas, que não poderão ser apresentadas aqui – mesmo porque qualquer esforço mais sistemático exigiria, antes, uma teorização e conceituação mais aprofundada sobre o assunto, como vimos anteriormente (“cisão ou exclusão”?). Portanto, apesar de acreditar que a reflexão acima sobre as questões da exclusão social e da segregação espacial contribua nesse sentido, limitar-nos-emos por ora a fornecer ao leitor uma certa gama de posicionamentos presentes na bibliografia sobre o assunto.

Nos últimos anos, a bibliografia sobre o tema tem aumentado exponencialmente, na medida em que a discordância a respeito das TICs e do pressuposto advento de uma sociedade de informação (ou, como outros preferem, sociedade informacional) vem ampliando-se. O debate iniciou-se desde a década de 1970, com a contraposição entre Bell e Braverman, que dis-

cutiram o caráter das mudanças sociais então em curso, que iriam resultar em uma sociedade “pós-industrial” (Bell) ou “desqualificada” (“*de-skilling*”) (Braverman). Atualmente esse debate foi destituído de sua relevância, na medida em que uma nova temática se tornou proeminente: aquela sobre as oportunidades expandidas de informação *versus* o incremento das desigualdades informacionais – exatamente a temática do nosso pequeno ensaio.

Existe uma série de sistematizações das principais perspectivas em relação a implicações sociais e econômicas das TICs, que pode servir como uma primeira orientação na mencionada controvérsia. Vários autores partem do pressuposto da constatação de que os avanços das TICs se afirmam como uma das principais forças promotoras da transformação social. Identifica-se duas oposições (articuladas) nas abordagens que se debruçam sobre esses processos:

- por um lado, há aqueles autores que aderem ao *Continuismo* (defendem a posição de que nada de essencial está mudando nas nossas sociedades atualmente) ou ao *Transformismo* (dizem perceber no surgimento da sociedade de informação um grande e significativo deslocamento histórico, que muda profundamente as sociedades industriais);
- por outro lado, distinguem-se aqueles autores da vertente do *Concordismo* (destacam as TICs como promotoras de uma liberação, na medida

em que permitem descentralização e democratização) em contraposição aos da vertente do *Antagonismo* (vêm o aumento da capacidade de controle social e político das TICs, o incremento das distâncias econômicas e sociais já existentes – *information rich vs. information poor*).

Lembrando os dois casos anteriormente apresentados (zapatistas e ONU), identificamos claramente nas suas diferentes perspectivas a primeira oposição entre *continuistas* (ONU) e *transformistas* (zapatistas) – aliás, ambos aproveitando-se positivamente do novo meio. Para nosso estudo, interessa no presente contexto uma explicitação da segunda oposição entre concordistas e antagonistas, como foi apresentado por Kramer (1998). Seu esforço de identificar os “prós” e “contras” na bibliografia sobre os impactos das novas TICs adota claramente esta segunda oposição.

Por isso, com a finalidade de fornecer mais explicitamente os critérios deste debate, o trabalho realizado por Kramer pode ser-nos útil. Para sua classificação em opiniões “positivas” (concordistas) e “negativas” (antagonistas), lança mão de uma série de categorias como

- democracia – sociedade civil;
- desenvolvimento econômico;
- trabalho (sic);
- acesso ao recurso “informação”;
- relação centro-periferia; e
- cultura e gênero.

O confronto toma a seguinte forma:

Positivo	Negativo
Democracia – sociedade civil	
Novas possibilidades para o fortalecimento de uma sociedade civil (global) num mundo em vias de globalização (Schmid & Kubicek 1994; Howard, 1992; Aguiar, 1997; Volkmer, 1995).	Acesso não democrático prejudicando ainda mais aqueles que já são marginalizados (<i>information poor</i>); concomitantemente, surge uma info-elite (<i>information rich</i>) (Becker, 1996; Torres, 1995).
São criados novos “espaços públicos”.	Cria-se fundamentalmente “espaços privados” (Mitchell, 1995; Warf & Grimes, 1997).
Impossibilidade de controle fomentando expressão livre de opinião (Habltützel, 1997).	Impossibilidade de controle abrindo novas possibilidades para atividades ilegais (Warf & Grimes, 1997).
Simplificação da supervisão estatal (Berliner Datenschutzbeauftragter, 1995) – tendo tanto implicações negativas como positivas.	
Possibilidades melhoradas da geração de redes sul-sul aumentando as possibilidades da realização de uma nova ordem de informação mundial (Holderness, 1996).	Dados e informações originados principalmente no norte (Veja, 1995; Nuscheler, 1996; Uimonen, 1997).

Positivo	Negativo
Desenvolvimento econômico	
Possibilidade de “queimar décadas de desenvolvimento” através de um “pulo na sociedade informacional” (Kwankam, 1997).	Reforço da dependência tecnológica do Norte.
Possibilidade de evitar o <i>brain-drain</i> para que os bem-formados mantenham, mesmo nos seus países, a conexão com a comunidade científica (Holderness, 1996; Press, 1996)	
Trabalho	
Novos postos de trabalho por causa de vantagens locacionais, em certos lugares e para determinados setores. Especialmente levantamento de dados, serviços de computação (Neyer, 1996) e informática, por exemplo, na Índia (Brüne, 1996; Afemann, 1997).	Redução dos postos de trabalho devido a medidas de racionalização, possível por causa das tecnologias de informação e comunicação. Novos postos criados (teletrabalho) não são organizados em sindicatos (Altwater & Mahnkopf, 1996).
Acesso ao recurso “informação”	
Melhor acesso a informações e conhecimento localizados no centro ou nas periferias, por exemplo, conhecimento médico que permite diagnoses a distância (Opeña, 1998; Press, 1995; publicações e revistas especializadas não disponíveis nas bibliotecas do sul; Holderness, 1996).	Inundação por informações podem gerar desinformação (Virilio, 1993, que fala da “parada rasante” na qual não há mais possibilidade de reflexão, mas de pre-flexão); “bomba informacional” (Einstein, conforme Virilio, 1995) como um dos maiores perigos da contemporaneidade.
Relação centro-periferia	
Chances para áreas periféricas, na “aldeia global” conseguirem um melhor acoplamento aos centros. Possibilidade do nivelamento da oposição entre centro e periferia (McLuhan, 1964) por exemplo, venda direta de cooperativas de pequenos agricultores (Panos, 1995).	Distribuição desigual da infra-estrutura incrementando as disparidades espaciais (Holderness, 1996). Centros localizam-se menos em relação a critérios geográficos e mais aos do poder (Hasse, 1995).
Possibilidades melhoradas da geração de redes sul-sul aumentando as possibilidades da realização de uma nova ordem de informação mundial (Holderness, 1996).	Dados e informações originados principalmente no norte (Veja, 1995; Nuscheler, 1996; Uimonen, 1997).
Cultura e gênero	
Fomenta intercâmbio cultural (Lee, 1998).	Imperialismo cultural; Internet possibilitando exposição máxima superficial de culturas exóticas (Smith, 1997; Neyer, 1996).
Chances para mulheres, por causa da estrutura anti-hierárquica, igualitária, devido ao maior alcance do raio de ação de mulheres pouco móveis, por exemplo no Islão, e devido à “neutralidade de gênero” da comunicação (Chua, 1995).	Agudização da situação prejudicial das mulheres, por causa das importantes condições de acesso à educação e controle sobre recursos financeiros (Inoue, 1994; Becker, 1996); válido especialmente para mulheres de influência árabe.

c) *Opiniões versus “realidades”*: primeiras indicações quantitativas sobre o “digital divide” nos Estados Unidos e no Brasil

Como vimos, há uma série de argumentos favoráveis e desfavoráveis a respeito da capacidade de as TICs gerarem maiores graus de integração e/ou menores níveis de exclusão nas sociedades capitalistas contemporâneas (exclusão em diferentes graus, conforme continente e país). Aderir a uns ou a outros depende em grande medida da perspectiva (teórica, ideológica, política) de cada autor.

Não será possível, é óbvio, “resolver” esse impasse entre os argumentos com uma simples investigação dos “reais efeitos” do avanço das TICs. Apenas para complementar – identificando pelo menos certas tendências que têm alguma plausibilidade – e ilustrar o confronto entre as perspectivas, apresentaremos agora alguns dados e informações que dizem respeito à “situação real” em dois países:

- em primeiro lugar, nos Estados Unidos da América, país onde difusão e uso são mais avançados (aproximadamente 25% da população já está conectada à Internet) e onde encontramos dados bastante detalhados e significativos;
- em segundo lugar, no Brasil, com um grau muito menor de penetração das tecnologias, onde ainda não existem muitas informações a respeito do nosso tema.

Mesmo assim, parece-nos interessante pelo menos apontar alguns traços específicos no Brasil para ter uma impressão, ainda que provisória, de um possível padrão (e magnitude) da “cisão digital”.

(I) SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS DA “CISÃO DIGITAL” NOS ESTADOS UNIDOS

Não deixa de ser curioso (porém, não muito surpreendente) que nos órgãos de governo dos Estados Unidos encontremos o mesmo posicionamento em relação ao uso (positivo) das TICs, como expresso anteriormente pela ONU. Se incorporássemos programas de outros

continentes e países, encontraríamos situações semelhantes tanto nos países da Europa e nos programas da Comissão Européia (vide nossa discussão em Randolph, 1998) como na Ásia. Há um esforço global (inclusive coordenado pelo grupo G7) em fazer avançar a difusão dessas tecnologias em prol de novas formas econômicas (“economia digital”), de integração social (“sociedade informacional”) e de participação política (“tele-democracia”)

Como “país-líder” (hegemônico) desse movimento, os Estados Unidos merecem nossa especial atenção, como já mencionamos antes. Parece ser, basicamente, o Ministério de Comércio (Department of Commerce) o principal responsável para acompanhar e supervisionar esses processos. Pelo próprio Ministério e por sua agência especializada no assunto das TICs, a Administração Nacional de Telecomunicações e Informações (NTIA), estão sendo elaborados periodicamente relatórios que, pelas próprias palavras do Ministro (Secretary), devem contribuir para a compreensão, mensuração e explicação dos efeitos na nação da chamada revolução informacional. Há uma preocupação com a emergência da “economia digital” (dois relatórios: um em 1998 e outro agora em 1999), com seus efeitos sobre o trabalho (“dilema digital”) e, o que nos interessa aqui, com a “cisão digital”. A última temática fica a cargo da NTIA, que apresentou em julho deste ano o terceiro relatório sobre os efeitos da difusão e uso das TICs nos Estados Unidos sob o título *Caindo pela rede: definindo a cisão digital*.

Na medida em que a emergente economia digital se torna a principal força para promover o bem-estar econômico para a população, o domínio de habilidades informacionais e o acesso aos instrumentos informacionais precisam ser assegurados para a totalidade da população – eis a argumentação oficial – para que a economia possa crescer vigorosamente e, no futuro, ninguém seja deixado para trás.

O mais recente relatório da NTIA sobre o “digital divide” procura identificar os possíveis problemas provocados pelo avanço desigual e excludente das tecnologias para diferentes seg-

mentos da população. Os dados aí trabalhados foram obtidos através de um censo nacional (via amostragem) em dezembro de 1998 e abrangem um amplo espectro de variáveis demográficas, econômicas, sociais, também organizadas territorialmente. Diferencia principalmente entre *acesso* e *uso* em relação aos três instrumentos considerados de maior importância:

- telefonia e outras formas de distribuição de informações (cabo; linhas de força);
- computação, inclusive considerando o acesso à televisão via computador (“WebTV”);
- Internet (ou WWW), como articulação em rede dos computadores.

Como principais critérios para identificar as diferenciações de acesso e uso das tecnologias por diferentes grupos populacionais (segmentos sociais), foram utilizados os seguintes dados:

- localização da pessoa (área rural, área urbana, área da cidade central, isto é, a cidade maior dentro de uma área metropolitana, definida conforme *Census Bureau*, e ainda, a especificação de certas variáveis por estado – unidade da federação);
- renda conforme nove faixas de salário familiar;
- raça ou origem (branco, negro, latino, asiático);
- educação;
- idade;
- gênero;
- tipo de domicílio (também estrutura familiar – presença de adultos e crianças);
- lugar de uso das tecnologias (casa – não-casa; não-casa: escola, biblioteca, emprego, centros comunitários);
- tipo de uso (relativo ao emprego; comunicação com familiares e amigos; hobbies, lazer, interesses especiais).

Pelos dados e tabelas apresentados, podemos deduzir que a Internet, pelo menos seletivamente em termos quantitativos nos Estados Unidos, vem crescendo quase exponencialmente, afirmando-se como um meio com alto grau de sofisticação técnica e oferecendo, quando observamos as informações a respeito de seu uso, a

potencialidade de uma “verdadeira” comunicação (partindo da hipótese de que a “comunicação.com familiares e amigos” tenha como corolário a intenção de uma compreensão e entendimento mútuos).

Mas, quando se observam as distinções “clássicas” a respeito de desigualdades e exclusões sociais, re-encontra-se o mesmo padrão: há uma tendência expressa nos dados de que grupos populacionais (com maior aglomeração em determinadas áreas) estão acompanhando o ritmo de expansão da difusão e uso numa velocidade menor do que outros grupos e segmentos da sociedade norte-americana.

São fundamentalmente os negros e latinos, de faixas de renda mais baixas, com nível de educação menor, que estão “ficando para trás”. Suas chances de reduzir a “distância social” (ou chances de se afastarem cada vez menos) em relação a outros grupos mais privilegiados vão diminuindo, na mesma proporção em que a “economia digital” vai avançando, podendo tornar-se, inclusive, uma séria limitação para o dinamismo desta (dentro de uma perspectiva continuista, é óbvio).

Sem poder aqui entrar em maiores detalhes, é possível arriscar a interpretação de que, mesmo no país mais rico do mundo, com taxas de desigualdade social ainda moderadas em relação aos países menos industrializados, não temos indícios suficientes para poder apoiar com certa plausibilidade a perspectiva positiva em relação a quase todos os seus critérios:

- em relação à democracia–sociedade civil: aqui não temos elementos suficientes no referido relatório;
- em relação ao desenvolvimento econômico: há uma tendência mais negativa em relação a determinados segmentos (classes) da sociedade;
- em relação a trabalho–emprego: idem;
- em relação a acesso ao recurso “informação”: as informações sugerem que a perspectiva negativa seja a mais provável para aqueles segmentos já citados;
- em relação à relação centro–periferia: não há possibilidade de tirar conclusões;

- em relação a cultura e gênero: talvez seja o critério que aponta mais claramente que os efeitos negativos se sobrepõem aos efeitos positivos.

Em síntese, o quadro nos Estados Unidos aponta para uma diferenciação entre grupos e classes sociais e para o surgimento de novas características (empíricas) das desigualdades, cisões e exclusões sociais. Tomaremos esses primeiros e ainda pouco nítidos indícios como desafio para nossa reflexão.

(II) “CISÃO DIGITAL” NO BRASIL

À guisa de uma primeira ilustração (e por ainda estarmos pesquisando os dados mais específicos sobre o assunto), apresentaremos no caso do Brasil apenas o acesso da população à telefonia e a oferta de acesso e uso da Internet.

- *Desigualdades do acesso à telefonia* •

Se há uma certa “homogeneidade” entre diferentes grupos e classes sociais nos Estados Unidos, ela se refere ao acesso à telefonia, que está absolutamente garantido para a quase totalidade da população.

Usamos as poucas indicações a seguir apenas para imaginarmos a dramaticidade da situação brasileira em relação ao acesso a esse meio de comunicação.

Na curva aqui apresentada (Figura 1), vemos como aumentou significativamente o número

de linhas telefônicas disponíveis para a população entre 1995 e 1997.

Poderíamos ter alterado também o quadro dramático das diferenças do acesso entre os estados da Federação, mostrando o seguinte “chart”, que apresenta os telefones por mil habitantes, em 1995, segundo dados do IBGE (Figura 2).

Entretanto, acreditamos que esse aumento é capaz de ter apenas contribuído para um aprofundamento das desigualdades.

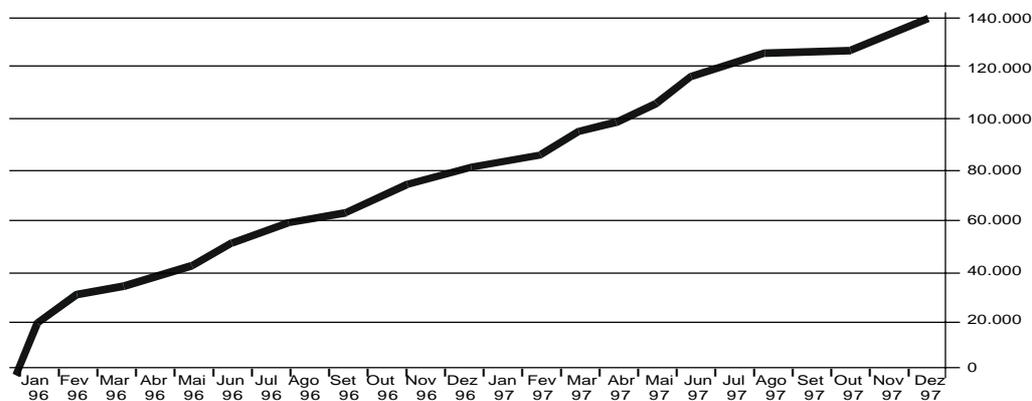
- *Desigualdades da oferta de acesso – hosts e domínios no Brasil* •

Na ausência de dados sobre a difusão e uso dos computadores no Brasil, reportamo-nos, ainda, apenas a uma indicação do uso diferenciado da Internet nas principais metrópoles e regiões do país.

Os domínios ou hosts, ou seja, empresas que têm sua presença na Internet registradas com um endereço próprio, têm uma maior concentração nas regiões com maior desenvolvimento econômico no país. Assim, reencontramos um padrão de desigualdade por demais conhecido em relação a outras variáveis.

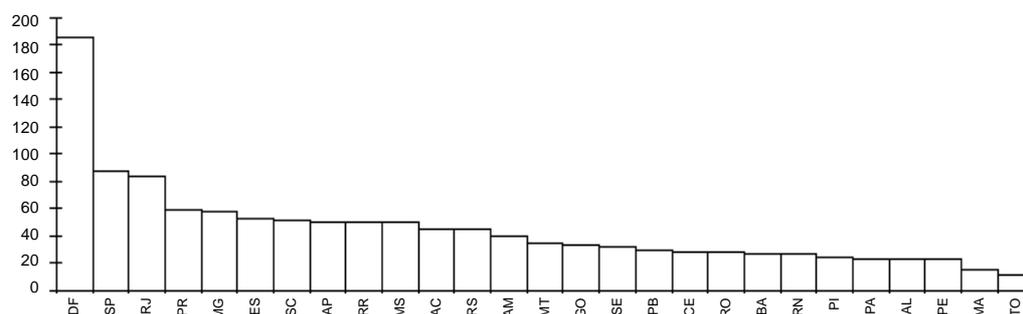
Como já anunciamos antes, trata-se aqui apenas de uma primeira ilustração do caso brasileiro em relação à questão da “cisão digital”.

Figura 1: Crescimento do número de linhas telefônicas entre 1995 e 1997 no Brasil



Fonte: Krämer, 1998

Figura 2 – Telefones por mil habitantes.



Fonte: Krämer, 1998

4. À GUISA DE UMA CONCLUSÃO: O DESAFIO DO “DIGITAL DIVIDE”

PARA A COMPREENSÃO DA EXCLUSÃO

Procuramos reunir no nosso ensaio elementos e argumentos que possam ajudar a realizar uma problematização mais cuidadosa e aprofundada do que a que é feita em muitas abordagens. Pretendíamos, assim, sensibilizar os estudiosos no sentido de compreender o desafio do “digital divide”, como desafio para repensar a questão da exclusão em duas diferentes facetas nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A revisão daquelas conceituações acerca da exclusão e da segregação brevemente apresentadas no item 2 deveria buscar dar conta daquelas transformações que são hoje discutidas sob o título de globalização, como uma fase da internacionalização de redes e sistemas, da queda do muro de Berlim e da desregulação radical em nível dos Estados nacionais (Mattelart, 1998, p. 22 et seq.). As novas tecnologias se inscrevem dessa maneira numa mutação que o autor descreve da seguinte maneira:

En el transcurso de esa mutación, la comunicación se ha profesionalizado y el modelo empresarial de las comunicaciones se ha impuesto en el conjunto de la sociedad como único modo de comunicarse. La comunicación así concebida se ve ya considerada, incluso, por el Estado, como una excelente tecnología de gestión social. A título de ilustración basta considerar la expansión en los años 80 del modo empresarial de comunicación en las instituciones estatales, las asociaciones

humanitarias o las comunidades territoriales que han redefinido sus relaciones con los ciudadanos y con la sociedad civil recurriendo al imaginario de la publicidad.

O debate a esse respeito precisa ser incorporado ao tema que nós nos propusemos trabalhar aqui. Novas formas e formatos de comunicação (como vimos muito por alto nas informações sobre os Estados Unidos) produzirão novas dimensões de integração e exclusão que as abordagens comprometidas com a categoria central do trabalho e da sociedade capitalista, como a de trabalho, podem ter dificuldades de absorver. *Comunicação* compreendida em toda sua profundidade *política* e *cultural* (vide para isso os livros mais recentes de Habermas e Touraine).

Mattelart propõe a introdução da idéia da “comunicação-mundo” (remetendo à “economia-mundo” de Braudel), com a qual pretende expressar que a globalização não é a única lógica que orienta as transformações na comunicação. Observa nesses novos cenários da comunicação internacional os indícios mais preocupantes das mutações sociais recentes em nível global.

La ‘comunicación-mundo’ permite dar cuenta de las lógicas de mundialización sin mistificarlas. Al contrario de lo que pretende hacer creer la representación globalista e igualitarista del planeta [lembre-mos da perspectiva continuista da ONU], esas lógicas nos recuerdan que la mundialización de las economías y de los sistemas de comunicación es

indisociable de la creación de nuevas desigualdades entre países y regiones, y entre los diversos grupos sociales; con otras palabras, es fuente de nuevas exclusiones.

Deduzimos dessa visão transformista-antagonista de Mattelart que, mais do que nunca, precisamos aguçar nossa percepção empírica e nossa reflexão teórica para avançar concomitantemente na des-construção das outras perspectivas que se mostram claramente dominantes. Imaginamos que o caminho para rever os conceitos tradicionais passa pela incorporação explícita das dimensões políticas e culturais das novas (e velhas que permanecem) teorias de comunicação. Para citar pela última vez o autor:

La tensión entre la pluralidad cultural y las fuerzas centrifugas del cosmopolitismo mer-

cantil ha revelado la complejidad de las reacciones frente al surgimiento de un mercado único a escala planetária. (...) Comienzan a plantarse nuevas preguntas: Que sentido adquiere para las diferentes comunidades la conexión a las redes que constituyen la trama de la mundialización? Como resisten, se adaptan o sucumben? (...) Está el provir del mundo en el mestizaje y la criollización?

En el umbral del tercer milenio la comunicación sigue siendo una cuestión política central que atrae cada día más la atención de los ciudadanos.

E acreditamos que essas perguntas podem nos ajudar no reconhecimento de novas formas de exclusão que, apesar de todo “otimismo” dos *continuistas*, vão já mostrando os seus primeiros contornos.

BIBLIOGRAFIA

- AFEMANN, Uwe. *Internet : another panacea to solve world's problems?* [on line] 1996. Disponível: http://www.rz.uni-osnabrueck.de/Dokumentation/Lokale_Kopien/Internet_und_Dritte_Welt/inet3wframe/TOC [capturado em 199-].
- ALTVATER, Elmar. Markt und demokratie in zeiten der globalisierung und ökologischer krise. In: ALTVATER, Elmar; BRUNNENGRÄBER, Achim; HAAKE, Markus; WALK, Heike (Hrsg.). *Vernetzt und verstrickt : nicht-regierungsorganisationen als gesellschaftliche produktivkraft*. Münster, 1997.
- ALTVATER, Elmar; MAHNKOPF, Brigit. Der tanz um das goldene kalb : globaler wettbewerb und lokale wettbewerbsfähigkeit. *Blätter des iz3w*, [s. l.], n. 216, p. 24-26, Sep. 1996.
- ALTVATER, Elmar; BRUNNENGRÄBER, Achim; WALK, Heike. Vernetzt und verstrickt : einleitung. In: ALTVATER, Elmar; BRUNNENGRÄBER, Achim; HAAKE, Markus; WALK, Heike (Hrsg.). *Vernetzt und verstrickt : nicht-regierungsorganisationen als gesellschaftliche produktivkraft*. Münster, 1997. p. 10-25.
- BECKER, Jörg. Keine alternative Nische : internet – die illusion unkontrollierter Kommunikation. *epd-Entwicklungspolitik*, n. 4, p. 29-31, feb. 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Difel, 1989.
- _____. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis : Vozes, 1997.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista : a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- BRÜNE, Stefan. Zwischen high-tech und low budget : die ehemalige dritte welt und die neuen medien. *nord-Süd aktuell*, n. 4, p. 679-691, 1996.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis : Vozes, 1995.

- CASTELLS, Manuel. *La ciudad informacional : tecnologías de información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional*. Madrid : Alianza Editorial, 1995.
- _____. *La sociedad red*. Madri : Alianza Editorial, 1997.
- CASTELLS, Manuel; MOLLENKOPF. *Dual city: restructuring New York*. New York : Russel Sage Foundation, 1991.
- CHUA, Keng. *Gender and the web*. [on line] [199-]. Disponível: <http://staff-www.uni-marburg.d/rillingr/net/mue/gender.html>.
- DAHRENDORF, Ralf. *O Conflito Social Moderno : um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro : Zahar, 1992.
- GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon. *Telecommunications and the city : Electronic spaces, urban places*. London : Routledge, 1996.
- HABERMAS, Juergen. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos*, n.18, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*, 2 Bände. Frankfurt : Suhrkamp, 1981.
- _____. *Direito e democracia : entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.
- HABLÜTZEL, Niklaus. Zensur lohnt sich nicht. *taz*, n. —, p. 18, 23 out. 1997.
- HASSE, Jürgen. Verschwindet der raum? *Wechselwirkung*, p. 54-59, dez. 1995
- _____. *Mediale räume*. Oldenburg. [s. n., s. l.], 1997. (Wahrnehmungsgeographische Studien zur Regionalentwicklung, 16)
- _____. *Zum verhältnis von raum und körper in der informationsgesellschaft : aspekte einer geographischen anthropologie*. *Geographica Helvetica*, n. 2, p. 51-59, 1998.
- HOLDERNESS, Mike. A promising solution fraught with peril. *CERES – The FAO Review*, v. 25, n. 2, mar./apr. 1996.
- HOWARD, Frederick. *Computer networks and the emergence of global civil society : the case of the Association for Progressive Communication*. [s. l.], 1992. mimeo.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1995.
- INOUE, Cristina Y. A. *Computer mediated communication and non-governmental organizations : possibilities and limitations*. [S.l. : s.n, 199-].
- KAPOR, Mitchell U.; BARLOW, John Perry. *Across the electronic frontier* [on line]. Disponível: http://www.eff.org/pub/EFF/electronic_frontier.eff. [capturado em 1990].
- KRÄMER, Frank. *Die bedeutung des Internet für das empowerment von NGOs in sog : entwicklungsländern. das beispiel brasilien*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia da F.U. Berlin. [on line] 1998. Disponível: <http://www.geog.fu-berlin.de/~fkramer/>.
- KWANKAM, S. Yunkap. *Information technology in Africa : a proactive approach and the prospects of leapfrogging decades in the development process*. [on line] 1997. Disponível: http://www.isoc.org/inet97/proceedings/B7/B7_1.HTM.
- LEE, Erik Chia-Yi. *Cultural recognition and the Internet*. [on line] 1998. Disponível: http://www.isoc.org/inet98/proceedings/5e/5e_1.htm.
- LOPES, Sonia Aguiar. *A teia invisível : informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais*. 1996. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. *Informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais* [on line]. Disponível: <http://www.conexao.com.br/arquivo/teiainv2.htm>. [capturado em 1997].
- MARCUSE, Peter. *International Journal of Urban and Regional Research*, New York, v. 13, n. 4, dez. 1989.

- MATTELART, A. Lo que está en juego en la globalización de las redes. In: RAMONET, I. (Ed.). *Internet, el mundo que chega*. Madrid : Alianza Editorial, 1998. p. 19-31.
- McLUHAN, Marshall. *Understanding media: the extensions of man*. New York : [s.n.], 1964.
- MITCHELL, Don. The end of public space? People's park, definitions of the public, and democracy. *Annals of the association of american geographers*, v. 85, n. 1, p. 108-133, 1995.
- NEYER, Jürgen. Chancen und gefahren der neuen kommunikationstechnologien. *epd-Entwicklungspolitik*, n. 14, p. 26-30, 1996.
- NUSCHELER, Franz. Faszination und schrecken globaler telekommunikation. *epd-Entwicklungspolitik*, n. 14, p. 22-25, 1996.
- OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade : problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira : crítica à razão dualista*. Petrópolis : Vozes, 1988.
- OPEÑA, Merlita M. *Community organizing on the Net : the case of the Philippine e-Health Initiative*. [on line] 1998. Disponível: http://www.isoc.org/inet98/proceedings/8b/8b_1.htm.
- PANOS INSTITUT. *The Internet and the South : superhighway or dirt-track?* [on line] 1995. Disponível: <http://www.oneworld.org/panos/briefing/Internet.htm>.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro : Campus, 1980.
- PRESS, Larry. *The role of computer networks in development* [on line]. Disponível: <http://www3.rcp.net.pe/VFORO/memorias/ing/press5.htm>. [capturado em 1996].
- RANDOLPH, Rainer Comunicação e território : reorganização do espaço urbano e novas tecnologias de comunicação mediadas por computadores (CMC). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife, PE. *Anais Recife*, s.n., 1997. p. 2177-2189.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo : globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo : Hucitec, 1992.
- _____. *A natureza do espaço : técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo : Hucitec, 1996.
- SCHMID, Ulrich; KUBICEK, Herbert. Auf den datenautobahnen in die zivilgesellschaft? *Das Argument*, v. 206, n. 4/5, p. 713-723, 1994.
- SMITH, Alistair G. *Fishing with new nets : Maori Internet Information Resources and implications of the Internet for indigenous peoples*. [on line] 1997. Disponível: http://www.isoc.org/isoc/whatis/conferences/inet/97/proceedings/E1/E1_1.HTM.
- TORRES, Asdrad. Die große illusion vom demokratischen Internet. *Le Monde Diplomatique - Deutsche Ausgabe*, p. 4-5, nov. 1995.
- TOURAINÉ, Alain. *Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes*. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 1997.
- UIMONEN, Paula. *The Internet as a tool for social development*. [on line] 1997. Disponível: http://www.isoc.org/inet97/proceedings/G4/G4_1.HTM.
- VIRILIO, Paul. *Die informationsbombe : Paul Virilio und Friedrich Kittler im gespräch - ausgestrahlt im deutsch-französischen kulturkanal arte* [on line]. Disponível: <http://www.dds.nl/%7En5m/texts/gespraec.htm>. [capturado em nov. 1995].
- VOLKMER, Ingrid (Auf dem weg in die globale zivilgesellschaft: neue formen globaler kommunikation am beispiel der medienberichterstattung über die weltfrauenkonferenz in Beijing. In: FRAUENANSTIFTUNG, E. V. (Hrsg.). *Auf dem weg in die kabeldemokratie : frauen in der medien- und kommunikationsgesellschaft*. Hamburg, 1995.
- WACQUANT, Loïc J. D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Novos Estudos*, n 43, 1995.

- _____. O surgimento da marginalidade avançada: notas sobre sua natureza e implicações. *Revista de Sociologia e Política*, [s.d].
- WAHL, Peter. Mythos und Realität internationaler zivilgesellschaft : zu den Perspektiven globaler vernetzung von nicht-regierungs-organisationen. In: ALTVATER, Elmar; BRUNNENGRÄBER, Achim; HAAKE, Markus; WALK, Heike (Hrsg.). *Vernetzt und verstrickt : nicht-regierungsorganisationen als gesellschaftliche produktivkraft*. Münster, 1997. p. 286-307.
- WALK, Heike; BRUNNENGRÄBER, Achim. NGO-netzwerke : strukturen, aufgaben, funktionsbedingungen und handlungsräume. In: BARFUß auf diplomatischem parkett : dokumentation einer tagung der Evangelischen Akademie Loccum. Loccum : EAL, 1998. p. 118-141. v. 19.
- WALKER, John. *Internet : the arab men's world* – Beitrag in der mailingliste [on line] Disponível no e-mail: gkd@tristram.edc.org (Global Knowledge and Development – GKD) [mensagem capturada em 15 jul. 1998].
- WARF, Barney; GRIMES, John. Counterhegemonic discourses and the Internet. *The Geographical Review*, v. 87, n. 2, p. 259-274, 1997.
- WEHLING, Jason. “Netzkriege” und aktivistinnen-power im Internet. *Materialien zur Internet-Debatte*, Berlin, 1997. p. 156-166.
- WILSON, William Julius. *When work disappears*. New York : Vintage Books, 1997.
- _____. *The truly disadvantaged : the inner city, the underclass and public policy*. Chicago : The University of Chicago Press, 1987
- XIBERRAS, Martine. *As teorias da exclusão : para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa : Instituto Piaget, 1993.

RESUMO

O trabalho trata sobre a “digital divide”, ou “cisão digital”, compreendida como a distribuição desigual do acesso às tecnologias de informação e comunicação tanto entre diferentes sociedades como no interior de cada uma. Apresenta inicialmente uma reflexão sobre a “exclusão”, seguida por discussão conceitual sobre os principais fenômenos atribuídos à “cisão digital”; para, finalmente, identificar provisoriamente algumas limitações – dada a “qualidade estratégica” das mudanças que se imaginam sob o título do “digital divide” – das abordagens da “teoria da exclusão”.

PALAVRAS-CHAVES

Globalização – Urbano – Mudança Tecnológica – Exclusão Social.

ABSTRACT

The research is about “digital divide”, recognized as an unequal division to access informational technology and communication, not only in different societies but also inside each one. It initially presents a reflection about the “exclusion” proceeded through conceptual discussion about the principal phenomenon attributed to “digital divide” so that it can finally identify some provisory limitations – shown the “strategic quality of the imagined changes do to its title “digital divide” – of the approximation of the “exclusion theory”.

KEY-WORDS

Globalisation – Urban – Technological change – Social exclusion

